

ACTUALIDADE DE UM VOTO DE VENCIDA NA ERA DOS CHOQUES

João Lavinha

Resumo A figura de Maria de Lourdes Pintasilgo, que surge associada a uma ideia de mudança social e política, é situada num contexto de procura de inovação, progresso, desenvolvimento e crescimento ao nível empresarial, definidos ao nível de várias medidas de carácter predominantemente económico e quantitativo. A rejeição crítica destas medidas por Maria de Lourdes Pintasilgo é também analisada.

*Quando um país encara o seu futuro,
faz as perguntas que o seu momento histórico lhe sugere*
Maria de Lourdes Pintasilgo, 1973.

Elegemos, em 20 de Fevereiro de 2005, uma nova Assembleia da República. As esquerdas, no seu conjunto, beneficiaram do apoio de 59% dos votantes e nas bancadas à esquerda sentam-se cerca de dois terços dos deputados. Neste novo quadro, reforça-se a confiança em que uma mudança a sério vai ter lugar, em que a (esgotada) alternância partidária dará lugar a uma alternativa política e (com um pouco de optimismo e muito empenho) a algum progresso social.

O Partido Socialista, agora com maioria absoluta mas predisposto ao diálogo com as restantes forças de esquerda, arvora, como sua principal bandeira programática, «Um plano tecnológico para uma alternativa económica»¹ ou, numa formulação mais recente, «Um plano tecnológico para uma agenda de crescimento»².

A fundamentar a *terapêutica* (o plano tecnológico, PT) é apresentado o *diagnóstico*, feito pelo Fórum Económico Mundial em 2003: baixos índices de competitividade, de uso das TIC (tecnologias de informação e comunicação) e de inovação, o que nos coloca, respectivamente, na 25^a, 29^a ou 30^a posição no conjunto das nações do mundo. Mas, nos textos do PT, a caracterização dos nossos *problemas* vai um pouco mais além: somos o estado-membro da União Europeia a 15

1 Partido Socialista (2004) Moção de estratégia global (acessível em www.ps.pt).

2 Partido Socialista (2005) Bases programáticas (acessível em www.ps.pt). Será muito instrutivo acompanhar, p. ex., no Programa do Governo e documentos dele derivados (GOPs, OE, ...), até onde chega esta deriva terminológica descritiva do *para quê?* do plano tecnológico: «alternativa económica» → «agenda de crescimento» → ...?

(UE15) com maior percentagem da população abaixo do limiar de pobreza e onde é maior o fosso entre os mais ricos e os mais pobres. Por outro lado, a nossa produtividade é a mais baixa da UE15 e continuamos a divergir dos nossos parceiros. Desta caracterização decorre o duplo e simultâneo desafio de fazer crescer a produtividade e repartir com maior equidade a riqueza adicional gerada. Em resposta foi concebido o PT com o objectivo de operar uma mudança de uma economia assente no paradigma de baixos salários e recursos humanos com escassa qualificação, para uma economia alimentada pelo progresso tecnológico, com base em recursos mais qualificados e melhor remunerados. Espera-se que a existência e divulgação do plano venha a desencadear uma mobilização colectiva para a concretização de uma nova agenda de modernização e progresso, voltada para o futuro. São quatro os eixos do PT:

1. Mobilizar Portugal para a sociedade da informação.
2. Imprimir um novo impulso à inovação.
3. Vencer o atraso científico e tecnológico.
4. Qualificar os portugueses.

Em síntese, o PT prevê a concretização, até ao fim da legislatura (2009), das seguintes medidas de política:

- Apoiar a criação de 200 novas empresas de base tecnológica.
- Lançar programa de jovens quadros em gestão/inovação para as PME.
- Repor os benefícios fiscais à investigação e desenvolvimento tecnológico (IDT) das empresas.
- Introduzir o empreendedorismo como matéria obrigatória no ensino.
- Generalização do uso da internet nas actividades educativas.
- Colocação de um curso pós-graduado de gestão (MBA) entre os 100 melhores do Mundo.
- Duplicar os fundos de capital de risco para projectos inovadores.
- Triplicar o esforço privado em IDT.
- Duplicar o investimento público em IDT até 1% do PIB.
- Triplicar o número de patentes registadas.
- Criar 1 000 lugares adicionais para IDT na administração pública, como contrapartida da extinção de vagas menos qualificadas.
- Generalização do acesso à banda larga a preços competitivos.
- Tornar obrigatória a prática experimental em disciplinas científicas e técnicas no ensino básico.
- Afectar 20% das contrapartidas de compras públicas a projectos de IDT.
- Repor a autonomia financeira das instituições de investigação.
- Reforçar o programa Ciência Viva.
- Reformar os Laboratórios do Estado e contratualizar as suas missões.

Perante este conjunto de medidas, de natureza predominantemente económica e quantitativa, em resposta àquela que foi descrita por Maria de Lourdes Pintasilgo (MLP), à saída de uma última audiência com o Presidente da República em Junho de 2004, como a mais grave crise afectando os portugueses desde o 25 de Abril, quero recordar as considerações (talvez, para muitos, desconhecidas ou já esquecidas) expressas, em 1973 pela própria MLP, no seu voto de vencida ao parecer da Câmara Corporativa sobre o IV Plano de Fomento (Pintasilgo, 1985: 107-112). Este texto notável referia-se, especificamente, ao capítulo sobre IDT daquele plano. Ao aproximar os dois momentos de crise grave na nossa história recente (há quem diga que, tal como em 1973, estaremos à beira de um fim de ciclo com várias *refundações* no horizonte...) e as duas intervenções de MLP, pretendo identificar elementos de conservação e de mudança no conjunto dos problemas do País e na forma como são politicamente enfrentados (descontada a, ou apesar da, diferente natureza dos regimes políticos em 1973 e na actualidade).

Em 1973, MLP fundamentava o seu voto contra o parecer da Câmara Corporativa nas seguintes razões:

- Desadequação do capítulo do plano sobre IDT ao modelo global de desenvolvimento do País, cuja meta estratégica era já «a sintonização com a Europa desenvolvida». Essa rejeição da convergência com a Europa desenvolvida fundava-se em razões de natureza ideológica e outras de natureza metodológica.
- Razões de ordem ideológica: A competição não é o primeiro factor para a autonomia e a sobrevivência de um povo. O modelo a seguir não era o da Europa desenvolvida uma vez que não atribuía (não atribui ainda, como podemos hoje constatar) aos factores políticos, administrativos e humanos a mesma prioridade que às considerações ligadas ao crescimento material. Pelo contrário, o que havia que construir era um modelo global de desenvolvimento que (i) unificasse os diversos aspectos da realidade da sociedade, dinamizando-a para a tornar capaz de tomar nas mãos a sua própria evolução histórica e (ii) atribuísse um carácter envolvente ao factor humano no seu enraizamento sociológico, histórico e ecológico³.
- Razões de ordem metodológica: Crítica à aplicação de uma teoria do desenvolvimento que se apoiava (apoiava) em índices e objectivos económicos para deles tirar consequências de adaptação dos homens e das instituições ao crescimento da economia⁴. Para além disso, o crescimento económico não gera necessariamente desenvolvimento económico nem este, só por si, é equivalente a desenvolvimento global da sociedade. O capí-

3 Um desenvolvimento ao serviço do Homem.

4 O Homem ao serviço do crescimento económico.

tulo sobre IDT não definia, como prioridade absoluta, a descoberta de metodologias adequadas à planificação integrada, isto é, aquela que procura maximizar os efeitos sociais positivos e minimizar as eventuais consequências negativas do processo de desenvolvimento (p. ex., para as condições de trabalho, para o ambiente, etc.). A IDT era considerada como um mero apoio à actividade económica (p. ex., levando à concepção de produtos competitivos, ao registo de patentes, etc.) e não como procura de resposta às necessidades humanas e sociais do País. Essa adequação do sistema de ciência, tecnologia e inovação (CTI) às necessidades e prioridades do nosso processo de desenvolvimento económico e social devia ter prioridade no exercício de planeamento para, a partir daí, determinar (i) as condições para a expansão da capacidade de IDT, (ii) as formas de organização e gestão do sistema de CTI e (iii) os critérios de avaliação da rentabilidade dos recursos atribuídos à investigação.

- Relativamente à coesão, coerência e consequência do sistema de CTI, a sua compartimentação nos sectores Estado, ensino superior e empresas era considerada como escondendo os nós reais da coordenação, iludindo os problemas comuns aos três sectores em relação aos quais era vantajoso construir estruturas transversais de coordenação.
- O sistema de CTI era muito governamentalizado o que era visto como negativo dado que o carácter oscilante da conjuntura política não se adequa à autonomia e ritmo da investigação e que propostas de IDT politicamente truncadas necessariamente criam no investigador um mecanismo inconsciente de autocensura.
- Na definição dos domínios prioritários de IDT o plano de 1973 nivelava, sem as hierarquizar, todas as questões. Em particular, dentro da investigação nos *sectores sociais* (saúde, educação, segurança social) notava-se a completa ausência de referência a tópicos sobre a adequada utilização de todos os recursos humanos para a mobilização do País na construção do seu projecto social ou sobre os mecanismos de participação da população na articulação da sua realidade sociocultural, na formulação dos seus interesses comunitários e na decisão sobre as vias de resolução dos problemas concretos.
- Ausência de preocupação acerca da adaptação das tecnologias a utilizar à situação concreta que se vivia então no País e acerca dos seus custos de investimento, sociais e ambientais, relativamente a outras alternativas tecnológicas. Neste aspecto, MLP defendia as *tecnologias intermediárias* (mais baratas de instalar, menos intensivas no consumo de energia e menos poluentes) como as mais apropriadas ao caso português.

Em que medida as razões que levaram MLP a rejeitar o capítulo sobre IDT no IV Plano de Fomento marcelista são, volvidos mais de 30 anos, pertinentes e relevantes numa apreciação crítica ao PT proposto pelo PS ao eleitorado?

Começemos por «a sintonização com a Europa desenvolvida» como objectivo nacional. Passados todos estes anos (20 dos quais já após a adesão de Portugal à CEE), poderá parecer pacífico que os autores do IV Plano de Fomento tinham razão e que o actual PT não visa outra coisa (isto é, sintonizar-nos ou, como agora se diz, fazer-nos convergir para os índices médios da UE)⁵. No entanto, a adesão à CEE e os subsequentes passos do processo de integração europeia nunca foram específica e explicitamente debatidos/decididos pelos portugueses tendo-se, ultimamente e a propósito do tratado constitucional da UE, avolumado críticas em relação ao primado do económico (na sua vertente financeira ou, mesmo, contabilística) sobre o social e à deficitária democracia e participação cidadã. Perante os sucessivos factos consumados (adesão, mercado único, moeda única) o mal-estar não desapareceu⁶. Ele radica, em minha opinião, nas razões (ideológicas e metodológicas) que ditaram, em 1973, o voto contra de Maria de Lourdes Pintasilgo: a fé sem limites na competitividade e a centralidade de um crescimento económico acéfalo. O actual PT ignora ou evita o tema estratégico do modelo de desenvolvimento global (ou seja, um modelo essencialmente virado para as questões da sustentabilidade⁷, da melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e do reforço da sua participação na vida das comunidades) e concentra-se obsessivamente em metas quantitativas (p. ex., a convergência com os índices médios da UE) sem questionar a qualidade do crescimento.

Há, no entanto, alguns aspectos em que o PT vem ao encontro do que, desde há muito, vem sendo reclamado pela comunidade científica e era já apontado por MLP em 1973: a vontade expressa de desgovernamentalizar o sistema de CTI⁸, o flexibilizar a compartimentação do sistema e o agilizar a coordenação entre os sectores Estado, ensino superior e privado (com e sem fins lucrativos) em todas as fases do ciclo da IDT. O PT demonstra também sensibilidade para a necessidade de uma avaliação científica de novas tecnologias, em termos económicos, sociais e ambientais, antes da sua utilização generalizada.

Cabe aqui salientar a dimensão ética humanista que atravessa todo o PT. Ao assumir como objectivo fulcral da esquerda aliar o crescimento económico à correcção das graves distorsões na distribuição da riqueza ou ao equiparar a pobreza à falta de liberdade, os autores do PT afirmam-se adeptos de uma *economia social de mercado* marcada pela solidariedade e a sofisticação (como a que vigora, p. ex., nos países nórdicos) e afastam o modelo neoliberal, gerador de

5 Longe vai o tempo da *miragem* (vivia-se então no *oásis* cavaquista!...) de Portugal integrar o pelotão da frente da Europa.

6 A prova, particularmente clara nas campanhas eleitorais inclusive para o Parlamento Europeu, é que os nossos políticos mais europeístas tudo têm feito para evitar discutir a *Europa* e consultar o Povo sobre cada um dos passos marcantes da sua construção.

7 Recorde-se que o desenvolvimento sustentável se apoia em três pilares, a saber, o económico, o social e o ambiental.

8 Por exemplo, os National Institutes of Health dos EUA negociam directamente com o Congresso o seu *portfolio* de programas de IDT e respectivo financiamento.

desigualdades e exclusão social. Também a formação (em especial a formação ao longo da vida) é apresentada no PT como um instrumento de inclusão de uma proporção cada vez maior de cidadãos (trabalhadores e empresários) como protagonistas e beneficiários do processo de desenvolvimento. Finalmente o PT propõe-se integrar todas as reservas de competência do País numa ética do rigor e do saber, do estudo e do trabalho, tantas vezes ausente no Portugal do faz-de-conta e do desenrasca. Também, neste ponto, vem MLP em nosso socorro: «Cada vez que um problema é tratado interdisciplinarmente, com os instrumentos da técnica moderna, com a criatividade requerida, mas dentro do sistema e da lógica que o gera, é possível chegar a uma solução em profundidade, única porque equacionada em todos os seus dados, universal porque inteiramente localizada e datada» (Pintasilgo, 1985: 107-112).

Referências Bibliográficas

Pintasilgo, Maria de Lourdes (1985). *Dimensões da mudança*, Porto, Edições Afrontamento.

Agradecimento: O autor agradece a Gabriela Vitorino a colaboração no levantamento documental e os seus comentários a uma anterior versão do manuscrito.

João Lavinha é investigador. É membro dos corpos sociais da ABRIL – Associação Regional para a Democracia e o Desenvolvimento.